

Dies Unus: considerações sobre um dia da Criação

Fábio Vanini

DIES UNUS: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DIA DA CRIAÇÃO

“Deus chamou à luz dia, e as trevas noite. Fez-se tarde e manhã: dies unus” (Gn I, 5).

“...em seis dias o Senhor fez o céu e a terra e no sétimo ele cessou da obra” (Ex XXXI, 17).

“Tal foi a origem do céu e da terra, quando foram criados, no dia em que o senhor fez o céu e a terra, e toda a planta do campo antes que nascesse na terra, e toda erva do campo antes que germinasse” (Gn II, 4)

“Aquele que vive eternamente criou todas as coisas juntas” (EcloXVIII, 1)

“Um dia, diante do Senhor, é como mil anos e mil anos como um dia” (II Pd, III,8).

O Gênesis, especialmente o primeiro capítulo e o início do segundo, que narram os seis dias da criação, é um livro de grande dificuldade de interpretação, tendo sido lido de diversas maneiras ao longo da História. Por outro lado, ainda que não se trate de um livro de ciências naturais, ali há bases para compreensão de tudo o que existe. Cabe ao homem estudá-lo e meditar sobre ele, ao mesmo tempo em que avança em seu conhecimento científico. Isso porque não pode haver – e não há – contradição entre o livro do Gênesis e a ciência, ainda que a ciência moderna se recuse a aliar as duas fontes de conhecimento, preferindo as contradições e vícios de suas teorias contrárias a Deus e à evidente ordem posta por Ele no Universo.

1. 0 Gênesis e suas interpretações.

O Cardeal Ernesto Ruffini, professor de Sagradas Escrituras no Seminário Romano e no Colégio Urbano da Propagação da Fé entre 1913 e 1930, preparou uma classificação bastante elucidativa sobre as diversas interpretações existentes – não necessariamente possíveis ou reais, de acordo com as críticas do autor – já feitas sobre o livro do Gênesis (1). De modo resumido, quatro sistemas básicos foram identificados ao longo da História da Igreja, com algumas variações para cada um deles:

a) Sistema Histórico-literário estrito

Para os adeptos dessa leitura, os seis dias da criação são dias naturais, de 24 horas. É o que se lê nos escritos de S. Efrem, S. Basílio, S. Gregório de Nissa, S. João Crisóstomo, S. Ambrósio, S. Jerônimo, S. Gregório Magno.

Já S. Agostinho possui uma posição bastante particular sobre esse sistema. Trataremos mais longamente sobre seus ensinamentos sobre o tema posteriormente. No entanto, não podemos deixar de recordar a encíclica de Leão XIII que cita Santo Agostinho: “Na interpretação das Sagradas Escrituras não é legítimo se distanciar do sentido literal óbvio, a não ser que a razão nos proíba ou alguma necessidade nos force a deixá-la.” (*Providentissimus Deus* – Leão XIII).

A maioria dos cientistas até o século XVIII e meados do século XIX participava dessa interpretação. De Lineu, por exemplo, conhece-se a frase: “Tot species numeramus quot ab initio mundi creavit Infinitum Ens”. (Tantas espécies enumeramos conforme criou o Ser Infinito no início do mundo).

As variações desse sistema, segundo o cardeal Ruffini (1), são chamadas:

Criacionismo: para os criacionistas sensu-strictu, Deus teria criado os seres vivos em seu estado atual, quase como aberrações ou caprichos da natureza.

Diluvianismo: os seus adeptos defendem que todos os seres vivos foram criados após o dilúvio.

Interperiodismo: haveria épocas geológicas entre os seis dias do hexameron.

Restitucionismo: segundo essa interpretação bastante heterodoxa e de poucos adeptos, os seis dias da criação foram, na verdade, para reorganizar o Universo criado de forma “caótica”.

b) Sistema Histórico-literário largo

Os seis dias representariam seis eras. Dessa corrente, o cardeal nomeia:

Periodismo: Essa interpretação se vale da palavra do hebraico *yôm*, que quer dizer “dia”, mas também “período indefinido”. Porém, tal sentido não aparece outras vezes nas Sagradas Escrituras, senão como “dia”. O cardeal Ruffini (1), evidentemente contrário a essa leitura, adianta sua crítica dizendo que no próprio texto lê-se que: “Deus chamou a luz *yôm*” e separou da noite” (Gn I,5), o que definiria o termo e afastaria do sentido de período indefinido.

Periodismo Concordante: Nesse caso, os seis dias corresponderiam perfeitamente a períodos geológicos.

Periodismo Ideal: Segundo seus adeptos, há nos seis dias uma correspondência com eras, mas apenas num plano imaginário de Deus, não necessariamente de acordo com eras arbitrariamente definidas pelo homem.

c) Sistema Ideal ou Alegórico

Não há, para os defensores dessa leitura, uma cronologia real ou objetiva na cosmogonia mosaica. Talvez, houve uma criação em tempos sucessivos, mas isso não é o principal do texto. Muitos são os modernistas defensores dessa tese, porém de modo bastante distorcido.

Cabe a ressalva para a interpretação de S. Agostinho. Para o bispo de Hipona, houve, sim, criação instantânea: num só ato e uma só vez Deus tudo criou e o relato dos seis dias do Gênesis seria uma organização da criação no conhecimento dos anjos. Voltaremos posteriormente ao assunto. Defendem uma leitura que se pode considerar como pertencente ao sistema ideal ou alegórico S. Atanásio, Clemente de Alexandria, Orígenes e outros Padres da Igreja. Aqui se encontram os que ensinam uma interpretação apenas simbólica do Gênesis.

Também são classificadas como partes desse sistema as bastante heterodoxas vertentes abaixo:

Teoria Visionaria: Para essa estranha posição, os seus dias são seis visões reveladas a Adão ou Moisés sobre a criação do Universo.

Teoria Didático-popular: Teria sido o relato do Hexameron a forma com que Moisés encontrou para explicar para o povo. Essa leitura beira, enormemente, o desprezo pelas Sagradas Escrituras.

Teoria Hinológica: quando se diz que o Gênesis eram hinos litúrgicos para contar a criação do mundo e não tem uma importância sobre os fatos reais.

d) Sistema Mitológico

O livro do Gênesis seria puro mito, como as lendas dos gentios, babilônicos, orientais, etc. Os adeptos deste sistema, por coincidência, são todos modernistas ou precursores.

2. O que dizem alguns Padres da Igreja

Sobre um “dia” da criação, nos dá uma interessante pista Santo Ambrósio, na primeira de suas nove homilias sobre os seis dias da Criação (3), inspiradas na obra homônima de São Basílio o grande (4). Diz o Santo Bispo de Milão que, segundo a Vulgata, no primeiro dia da criação o hagiógrafo diz, literalmente, “Fez-se tarde e manhã: um dia” (*factumque est vespere et mane dies unus*) (Gn I,5). Portanto, estaria aí definido um dia, não somente o primeiro na contagem, mas o que vem a ser um dia da criação. Santo Agostinho, de acordo com essa opinião, diz ainda que o primeiro dia seria o resumo de todos os seis dias da criação (5).

Santo Ambrósio ainda avança dizendo que, assim como um dia é como um ciclo de 24 horas e alguns chamam um ciclo de tempo – uma semana ou um século, por exemplo – por “dia” – “Grande e sobremaneira terrível é o dia do Senhor” (Joel II, 11) – também deve-se entender um “dia” do Gênesis como o aquele iniciado com a luz da manhã e encerrado à tarde: “Tarde e manhã: um dia”. Porém, qual a razão da contagem parecer iniciar à tarde e finalizar com a manhã, ao contrário de como contamos atualmente? Quanto a isso, explica Santo Agostinho que a finalização da noite se dá com o início da manhã, pois o fim de um caminho é onde se inicia outro (5). O início da manhã do primeiro dia, segundo S. Ambrósio, seria o primeiro momento da existência da luz: “E Deus disse: faça-se a luz” (3)

Para Santo Agostinho, toda a criação se deu instantaneamente (5), pois, como reforça São Tomás, explicando os ensinamentos do bispo de Hipona, “uma parte do Universo depende de outra, especialmente a inferior da superior. Assim, é impossível que algumas partes tenham sido feitas antes que outras” (6). Partem ambos do argumento das Sagradas Escrituras: “Essas são as gerações do céu e da terra quando eles foram criados no dia em que o Senhor fez o céu e a terra, e toda a planta do campo” (Gn II, 4-5). As plantas do campo foram criadas apenas no

terceiro dia. Portanto, não se tratam de dias numa ordem temporal.

Seriam, para Santo Agostinho, os seis dias uma ordenação natural e ontológica das seis classes de seres, conhecidos na natureza angélica. Não são dias sucessivos no sentido temporal, mas numa ordem natural (6).

Tudo foi criado no Verbo, antes da existência material dos seres. Por isso era a terra informe. A primeira distinção, entre trevas e luz, refere-se, para Santo Agostinho, à distinção entre matéria sem forma à espera da forma (trevas) e matéria informada (luz), respectivamente. Pois com uma forma substancial, o ser poderia ser conhecido fora do Verbo, difundido como “luz” intelectual. Desse modo, “luz”, no Gênesis, refere-se à luz intelectual no conhecimento angélico.

O primeiro conhecimento nos anjos se dá no Verbo. É o que significa a “manhã”. Do mesmo modo como a luz avança na aurora sobre algo escuro, também Deus ensina os anjos no Verbo, antes – não no tempo, mas na natureza – clareando seu intelecto. Assim, Deus dá a forma das coisas ao intelecto da criatura angélica que jaz na escuridão da ignorância, antes das coisas existirem na natureza, existindo apenas no Verbo.

Já o segundo conhecimento, inferior ao primeiro, se dá na natureza. É o que corresponde à tarde. Assim como a luz vespertina se apaga com a chegada da noite, também a luz das formas agora cognoscíveis pelo anjo é compreendida na natureza da criatura angélica, que é escura como o nada em relação à infinita luz divina. A noite seria comparável à ignorância e contingência das criaturas. (5)

Durante a manhã, no Verbo se dá o conhecimento das obras do que viria a ser, por parte dos anjos. Pergunta-se, portanto, qual o motivo da narração do primeiro dia ter início, aparentemente, numa tarde. São Tomás, explicando Santo Agostinho, esclarece que os anjos não poderiam conhecer-se no

Verbo, antes de existirem na natureza, sendo o primeiro conhecimento dos anjos de si próprio: por isso não há uma primeira manhã no intelecto dos anjos.

Um dia, portanto, para Santo Agostinho, seria um evento completo de uma iluminação intelectual no conhecimento angélico, que pode ser de duas formas: no Verbo ou na natureza.

Também, no Gênesis, segundo o santo, há uma alusão aos três modos de existência das coisas (6):

- Existência das coisas no Verbo de Deus: “E Deus disse: faça-se o firmamento” (Gn I,6);

- Existência das coisas na própria natureza: “Deus fez o firmamento” (Gn I,7);

- Existência da forma das coisas no conhecimento angélico: “E assim se fez” (Gn I,8);

Para Santo Agostinho, tudo teria sido criado simultaneamente e num só instante; o tempo teria sua contagem iniciada juntamente com a matéria recém-criada; porém tanto o “céu”, significando a criatura intelectual e espiritual (céu empíreo e anjos), quanto a matéria primordial (sem forma) seriam “coeternos” a Deus, num sentido de não estarem sujeitos à mudança e, por isso, ao tempo (7). A matéria primordial não é equivalente a matéria-prima das coisas, mas, segundo Santo Agostinho, numa escala de perfeição, uma matéria cuja existência superaria em apenas um grau a pura potencialidade, o que seria impossível.

Para Santo Agostinho, em ensinamento estendido por São Tomas, após a criação instantânea do Universo, a partir da matéria primordial informe, deu-se a informação específica, ou seja, a diversificação em formas elementares (água, ar, fogo e terra). Sucessivamente, deu-se a informação das formas específicas criadas, tendo por matéria os elementos preexistentes, por

meio, inicialmente, de distinções. Isso decorre do princípio escolástico de que, se existe um ser composto, seus elementos existem, necessariamente, anteriormente a ele. Complementado, para o primeiro dia, S. Tomás descreve três distinções (6):

A primeira entre céu e terra, sendo que o céu representa os corpos transparentes, como o ar e o fogo;

Em segundo, terra e água, ainda que não separadas, mas nomeadas – ou seja, com um nome que corresponde a uma substância – completando os quatro elementares;

E por fim, uma distinção posicional, colocando a terra coberta pelas águas e o ar, que é o sujeito das trevas, sobre as águas e terras.

3. A Escolástica e o Gênesis

Embora São Tomás tenha tratado muito sobre o assunto, ainda que de modo espalhado em sua obra, resumidamente a escolástica dividia o Hexameron em 3 momentos:

- 1) Opus Creationis
- 2) Opus Distinctionis
- 3) Opus Ornatus

Na *Opus Creationis*, todo o Universo foi criado, céu e terra, porém “a terra era informe e vazia” (Gn I, 2).

Na *Opus Distinctionis*, ocorrem as diversas distinções, entre o primeiro e o terceiro dia:

- a) no primeiro dia: dia (luz) e noite (trevas);
- b) no segundo dia: águas superiores, águas inferiores e firmamento entre elas;
- c) no terceiro dia: elemento árido (terra), e águas (mar);

Na *Opus Ornatus*, se dá a ornamentação de cada elemento anteriormente distinto. Assim, foram criados:

- a) no terceiro dia: plantas para o elemento árido;
- b) no quarto dia: luzeiro para o dia e para a noite, mais estrelas, todos no firmamento;
- c) no quinto dia: seres vivos aquáticos para as águas, aves para o céu sob o firmamento;
- d) no sexto dia: animais terrestres para o elemento árido e homem para dominar todo o conjunto e contemplar, por meio dele, a Deus.

Para a escolástica, interessa, antes de tudo, compreender a simbologia e a ordem posta por Deus no universo criado e aplicar à vida espiritual. Interessa, antes de tudo salvar as almas, depois conhecer mais a Deus por meio das coisas criadas, além do que foi revelado aos homens.

Durante a escolástica, devido às diferentes visões sobre o ser, houve quem partisse de uma relação unívoca entre o ser de Deus e das criaturas, caindo no panteísmo. É o caso de Teodoro de Chartres, irmão do fundador da escola de Chartres. Essa escola, com tendência platônica, divergiu da metafísica que parte da visão análoga sobre o ser, escapando ora para o panteísmo, ora para a Gnose.

Teodoro de Chartres escreve um tratado sobre os seis dias da criação (2). Embora, por mais da metade da obra, o autor medieval defenda a unidade da substância das criaturas com a de Deus, nos fornece uma interessante ideia sobre a palavra "dia". Chama-se, para ele, "'dia' à iluminação do ar produzida pelo próprio céu". É uma definição de "dia" bastante coerente com o relato do Gênesis, quando Deus criou a luz, separou-a das trevas e chamou-a "dia". A partir do momento em que "Deus disse: faça a luz" (Gn I, 3), iniciou-se o dia. Por isso, com a criação do "dia", dá-se a definição do que seja essa unidade

de tempo e inicia-se, propriamente, a contagem da duração do movimento. Mais ainda, o dia surge com uma primeira distinção, entre a luz e as trevas. Cada dia estará, assim, profundamente ligado a uma distinção fundamental, realizada por Deus.

Com relação a São Tomas de Aquino, como mencionamos anteriormente, baseou-se muito em Santo Agostinho, mostrando certa simpatia pelo que defende o Bispo de Hipona. Contudo, não nos dá o Aquinate uma interpretação única e definitiva, mostrando e explicando também a posição de outros Padres da Igreja, sem, no entanto, contradizê-las.

Muito do que São Tomas fala sobre a criação da matéria e o tempo já foi dito acima (6). Porém, com relação ao início do tempo propriamente, São Tomas aperfeiçoa o ensinamento de Santo Agostinho. Há, em São Tomas, dois pontos a serem esclarecidos.

O primeiro deles seria a informidade da matéria primordial. São Tomas ensina que não pode haver matéria sem forma e que a matéria primordial não poderia ser entendida como pura potencia em absoluto, segundo o que é interpretado tradicionalmente das palavras de Aristóteles. Essa última tese levou diversos filósofos ao erro de se supor a matéria primordial como imutável, ingênita, eterna e incorruptível. O correto seria pensar que a matéria "informe e vazia" deva ser entendida como matéria sem forma específica, apenas com forma substancial elementar, de corporeidade. Esse nível de forma é o mais baixo em uma escala de perfeição, sendo o mais próximo da potencia (8).

Um segundo problema é a simultaneidade do início do tempo e da existência da matéria. Para São Tomas, a matéria não poderia ser criada num tempo já existente, considerando o tempo a medida do movimento. Por outro lado, também o tempo não poderia existir posteriormente à matéria, pois havendo matéria, haveria movimento e este poderia ser medido. O fato é que o instante do surgimento de uma forma qualquer, ainda que

apenas instante, é tempo. Portanto, a solução encontrada e aceita por São Tomas, para que a matéria pudesse ser criada exatamente junto com o início do tempo é a de dois tempos conceitualmente diversos. O primeiro, chamado tempo simultâneo, bastante particular, refere-se ao momento instantâneo da passagem do não-ser da matéria primordial ao ser, quando a matéria teria apenas forma elementar. O tempo sucessivo seria a duração do movimento da potencia de matéria a ato substancial. Assim, em resumo, torna-se perfeitamente aceitável a ideia de que a matéria foi criada com o tempo, nem antes, nem depois, nem no tempo (8).

Sobre o “dia” no Gênesis, São Tomas também resolve uma aparente contradição. Lê-se, no Gênesis, que o sol fora criado, enquanto luzeiro para marcar os dias, apenas no quarto dia e sabe-se que nenhum efeito precede a causa, conforme o princípio escolástico. Portanto, a contagem dos dias no Gênesis não pode ser uma contagem apenas temporal como a marcada pela rotação terrestre em relação ao Sol (6). Isso vai completamente de acordo com a interpretação de Santo Agostinho.

Na Suma Teológica, S. Tomas ensina ainda que criar não é somente dar existência aos que não existia, mas fazê-las continuar na existência. Logo, todas as coisas criadas continuam existindo porque a onipotência divina as sustenta. Portanto, o mundo existe por uma criação continua durante todo o tempo de sua existência. Por isso, Cristo diz aos fariseus que o criticaram por curar no sábado: “Meu Pai opera até agora e eu também opero”. A resposta de Cristo refere-se ao fato de que, ainda que Deus tenha descansado da obra dos seis dias da criação, a criação é mantida sempre por Deus e Ele, sendo Deus, opera na criação sempre.

Há muitas outras coisas escritas brilhantemente por São Tomas de Aquino sobre o Gênesis, espalhadas em sua obra. Abordaremos, contudo, em outros momentos oportunos.

4. A Comissão Bíblica de 1909

Em tempos de condenação da heresia modernista, durante o pontificado de São Pio X, a Pontifícia Comissão Bíblica emitiu um importante documento sobre o que é lícito e o que não é em relação à interpretação do início do livro do Gênesis. Devido à importância desse documento, e por não ser extenso, preferimos reproduzi-lo na íntegra.

Do caráter histórico dos primeiros capítulos do Gênesis

Comissão Bíblica, 30 de junho de 1909

Dúvida 1: Se se apóiam em sólido fundamento os vários sistemas exegéticos que têm cogitado e, com linguajar supostamente científico, proposto excluir o sentido literal dos três primeiros capítulos do livro do Gênesis.

Resposta: Não.

Dúvida 2: Se, não obstante o caráter e a forma histórica do livro do Gênesis, o peculiar nexos dos três primeiros capítulos entre si e com os seguintes capítulos, o constante testemunho das Escrituras tanto do Velho quanto do Novo Testamento, o parecer quase unânime dos Santos Padres e o sentido tradicional que, transmitido já pelo povo de Israel, a Igreja tem mantido, pode ensinar-se que: os três primeiros capítulos do Gênesis contêm, não narrações de coisas realmente sucedidas que respondam à realidade objetiva e a verdade histórica, mas sim fábulas que devem ser tomadas como mitologias ou cosmogonias dos povos antigos, e acomodadas pelo Autor Sagrado à doutrina monoteísta; ou alegorias e símbolos, destituídos de fundamento da realidade objetiva e histórica, propostos para inculcar as verdades religiosas e filosóficas; ou, por fim, lendas, em parte históricas,

em parte fictícias, livremente expostas para instrução ou edificação das almas.

Resposta: Não.

Dúvida 3: Se pode pôr-se em dúvida o sentido literal e histórico dos feitos narrados nos mesmos capítulos que tocam aos fundamentos da religião cristã, como são, entre outros, a criação do homem; a formação da primeira mulher do primeiro homem; a unidade da linhagem humana; a felicidade original dos primeiros pais no estado de justiça, integridade e imortalidade; o mandamento, imposto por Deus ao homem, para provar sua obediência; a transgressão, por persuasão do diabo, na espécie da serpente, do mandamento divino; a perda, por nossos primeiros pais, do estado primitivo de inocência, assim como a promessa de um futuro Redentor.

Resposta: Não.

Dúvida 4: Se quanto à interpretação daqueles lugares desses capítulos que os Padres e Doutores entenderam de modo diverso, sem ensinar nada certo e definitivo, seja lícito a cada um seguir a sentença que prudentemente aprovar, salvo o juízo da Igreja e guardada a analogia da fé.

Resposta: Sim.

Dúvida 5: Se as palavras e as frases que estão nos primeiros capítulos preditos hão de ser tomadas sempre e necessariamente em seu sentido próprio, de sorte que nunca seja lícito apartar-se dele, inclusive se essas locuções parecerem ser usadas impropriamente, ou seja, metafórica e antropomorficamente; ou se a razão proibir que se mantenha a necessidade de se deixar o sentido próprio.

Resposta: Não.

Dúvida 6: Se, pressuposto o sentido literal e histórico, pode-se sábia e utilmente empregar-se a interpretação alegórica e profética de algumas passagens dos mesmos capítulos, seguindo o brilhante exemplo dos Santos Padres e da Igreja.

Resposta: Sim.

Dúvida 7: Será que, não tendo sido a intenção do Autor Sagrado, ao escrever o primeiro capítulo do Gênesis, ensinar de modo científico a íntima constituição das coisas visíveis e a ordem completa da criação, mas antes ensinar a seu povo – segundo a linguagem comum que aquele tempo permitia – uma noção popular e adaptada ao senso e à capacidade das pessoas, se deve buscar na interpretação dessas coisas exatamente e sempre o rigor próprio da linguagem científica?

Resposta: Não.

Dúvida 8: Se na denominação e distinção dos seis dias dos quais fala o capítulo 1 do Gênesis se pode tomar o “dia” ora em sentido próprio, como um dia natural, ora em sentido impróprio, como um espaço indeterminado de tempo, e se é lícito discutir livremente sobre essa questão entre os exegetas.

Resposta: Sim.

Bibliografia citada:

(1) The Theory of Evolution Judged by Reason and Faith. Cardeal Ernesto Ruffini, 1959.. Ed. de 2008 por Preserving Christian Publicatons. Boonville, New York, EUA.

(2) Tratado de la Obra de los Seis Dias. Teodoro de Chartres, aproximadamente 1140,. Ed.de 2007 por Eunsa, Navarra, Espanha.

- (3) Hexameron. Santo Ambrósio, aproximadamente 390,. Ed. De 1995 por TEA, Milano, Itália.
- (4) Hexameron. São Basílio, aproximadamente 370,, <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf208.viii.ii.html>
- (5) Comentário ao Gênesis. Santo Agostinho, aproximadamente 390,, Ed. De 2005 por Paulus, São Paulo, Brasil.
- (6) Questiones Disputatae De Potentia Dei. S. Tomas de Aquino, aproximadamente 1265, Ed. de 1952 por The Newman Press, Westminster, Maryland, EUA.
- (7) Confissões. São Agostinho, aproximadamente 400. Ed. De 2011 por Paulus, São Paulo, Brasil.
- (8) A Natureza da Matéria em São Tomas de Aquino. Paulo Faitanin, 2005. Revista Aquinate, n°1, pg. 21-43. http://www.aquinate.net/revista/edicao_atual/Artigos/01/edicao.php
- (9) Pontifícia Comissão Bíblica, 1909. Denzinger, Manual de Credos e Definições.